

Guerra Civil Farroupilha em Santa Catarina: possibilidades de pesquisa

Janaíta da Rocha Golin

Aluna especial do PPGH-UFS e Técnica em Assuntos Educacionais da UFS

1. Introdução

A Província de Santa Catarina esteve envolvida na Guerra Civil Farroupilha, liderada pela província vizinha, o Rio Grande de São Pedro, entre os anos de 1835 a 1845. Em relação ao território catarinense, a historiografia privilegiou os anos de 1838 e 1839, em que ocorreram a conquista de Lages e Laguna pelos farroupilhas. Todavia, seria importante analisar o contexto da guerra de forma mais ampla e os efeitos gerados por ela no seu território. As identidades coletivas, mesmo com a emancipação política do Brasil, em 1822, ainda não eram providas de uma nacionalidade, priorizando as regionalidades das províncias. Isso colocava em risco a formação do estado-nação brasileiro, o qual só poderia ser bem sucedido se debelasse as revoltas locais ocorridas na primeira metade do século XIX. Além disso, o expansionismo da Farroupilha poderia não estar somente ligado ao objetivo de conquista de portos fluviais, também poderia haver a intenção de ligar-se a outras províncias independentes, conformando uma possível confederação. A fundação da República Juliana, em 1839, demonstra esse aspecto. Portanto, a Província de Santa Catarina também esteve inserida no espaço platino fronteiriço e contribuiu para o estreitamento das relações dos rio-grandenses e o Prata durante a Guerra Civil Farroupilha.

2. Metodologia

Objetiva-se abordar a Província de Santa Catarina durante o confronto farroupilha através de fontes históricas e materiais bibliográficos. Pretende-se compreender o conflito de forma ampla, analisando o contexto desta localidade frente às identidades políticas coletivas que coexistiam.¹ Mesmo com a emancipação política, em 1822, ainda não havia a constituição de um Estado nacional brasileiro. “Brasil era a nomenclatura do aparato burocrático português, enquanto que no território a identidade coletiva predominante era a regional” (Jancsó e Pimenta, 2000, p.401). A partir das fontes previamente consultadas, visualiza-se no território de Santa Catarina, durante esse

¹ Essas identidades políticas coletivas sintetizam, cada qual à sua maneira, o passado, o presente e o futuro das comunidades humanas em cujo interior eram engendradas, cujas organicidades expressavam e cujos futuros projetavam. Ver: JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (organizador). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 392.

período, a construção de um território onde se estabeleciam contatos, trocas e disputas. Nessas zonas identificam-se fronteiras como um espaço compreendido como um produto da ação humana. Lugares que se constroem e vão ganhando significado pela ação dos sujeitos históricos que passam por eles. Todavia, vale ressaltar que “a fronteira nacional era algo novo que buscava instituir-se no século XIX, e que os habitantes daquele espaço lidavam com essa novidade a partir de concepções que guardavam traços fortes de outra experiência de fronteira: a fronteira colonial, em expansão” (Thompson e Farinatti, 2009, p.153).

A abordagem da Província de Santa Catarina também deve ser realizada em um contexto histórico mais amplo, no qual as categorias de fronteiras, identidades coletivas e estado-nação estavam se moldando em meio às revoltas locais² da primeira metade do século XIX. A transmigração da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, não alterou de modo significativo a configuração regional que desde cedo distinguira a colonização das Províncias da América, expressando-se não raro, embora de modo não exclusivo, nas denominadas identidades coloniais.

O objetivo expansionista dos líderes da insurreição sulista, num exame introdutório, transpareceu nas bibliografias e fontes consultadas. O propósito de ligar-se com outras províncias e estabelecer uma confederação também é nítido, mas mantendo as características locais dos territórios. Infere-se, inicialmente, que as alianças locais apoiaram a causa rebelde. Porém, ao longo do tempo, após desgaste da República Juliana e pressão do Império do Brasil a simpatia do povo catarinense se inverteu e muitos se rebelaram contra os farroupilhas, a exemplo da Freguesia de Imaruí. Pode-se perceber uma variável de complexos que envolveram a guerra civil farroupilha no território catarinense conforme a apresentação do tema. Em um contexto de convulsão política e social onde diversas revoltas ocorreram é interessante abordar a dinâmica brasileira em Santa Catarina em um contexto mais amplo. Essa análise pode apontar para caminhos produtivos no que se refere à produção historiográfica.

Fontes manuscritas, impressas e digitalizadas sobre a problemática da pesquisa foram preservadas ao longo do tempo. Os documentos encontrados na Coleção Varela, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Coleção Varela), Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática, Jornal O Povo, Revistas do Instituto Histórico e

² Em 1832 ocorreu a Cabanada em Pernambuco; a Cabanagem no Pará em 1835; os malês na Bahia em 1835; a Sabinada em Salvador em 1837; a Balaiada em 1838, além da Farroupilha em 1835. Ver: SOUZA, Adriana, Barreto de. O Exército e a pacificação do Império do Brasil (1822-1889). In: Forças armadas e política no Brasil republicano, volume 1 (recurso eletrônico): da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1988) / organização Maria Celina D’Araujo, Lucas Pereira Rezende: FGV Editora, 2024.

Geográfico, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Arquivo Público de Santa Catarina, os arquivos da Casa Candemil, acervos do Itamarati e países limítrofes são as principais fontes que serão trabalhadas.

3. Resultados e discussão

Havia a intenção de ampliação territorial dos domínios farroupilhas. A tomada dos territórios catarinenses, quatro anos após o início do conflito, demonstra o objetivo expansionista, que não ficou circunscrito apenas à Província do Rio Grande do Sul. Também era necessário garantir portos fluviais, pois desde a retomada de Porto Alegre pelas forças do Império, em 1836, associada ao domínio naval no Canal do Rio Grande, com sua barra no Atlântico, não havia condições de navegação para os farroupilhas. Os portos de Rio Grande e São José do Norte, controlando as duas margens do único acesso marítimo, jamais foram tomados pelos farroupilhas. Depois da conquista de Lages, em março de 1838, foi possível chegar até Laguna em julho de 1839, e assim garantir um porto de acesso ao oceano Atlântico.

Desta forma, pode-se inferir que o Estado que se pré-configurou com a República Rio-Grandense tinha também objetivos expansionistas. Foi criada a República Juliana numa parte do território catarinense, no qual o controle do porto de Laguna foi um dos principais motivos impulsionadores de conquista dessa região. “Apesar do curto tempo de existência, a República Juliana tornou-se república irmã para fins de confederação com a República Rio-Grandense” (Boeira e Golin, 2006, p.64). Esse modelo de confederação³ propunha ligar-se a outros Estados independentes, os quais poderiam inclusive se conectar com territórios platinos. Segundo Guazzelli, as questões das províncias argentinas vizinhas e do Rio Grande do Sul se entremeavam com as questões políticas do Estado Oriental. E Santa Catarina também estava incluída neste contexto. O Império acusava os farroupilhas de associação com líderes platinos da fronteira, ou caudilhos, como muitas vezes eram chamados.

As relações locais e fronteiriças entre os afetos e os desafetos de cada um dos grupos envolvidos no território catarinense durante o decênio farroupilha perpassa por relações de poder. Habitantes da província tendo que lidar com a guerra chegando na sua localidade. Os legalistas catarinenses e o Império do Brasil combatendo os rebeldes em todo o território catarinense, além de correligionários internos apoiando a revolta. Estrangeiros assumindo postos na República Juliana.

³ A confederação aqui mencionada pode ser entendida como sinônimo de Estado Federal, de Federação, ou até de Estado Unitário descentralizado. Ver PADOIN, Maria Medianeira. República, federalismo e fronteira. *História Unisinos*, 14(1):49-54, Janeiro/Abril 2010. doi: 10.4013/htu.2010.141.06

Autoridades provinciais mudando de lado conforme o contexto político de cada momento.

A Província de Santa Catarina esteve relacionada à expansão territorial e aos conflitos no sul da colônia portuguesa na América portuguesa. Por conseguinte, “também esteve envolvida nas contendas internas e externas do Império brasileiro” (Schmitt, 2021, p.12). Por serem vizinhos, a Província desenvolveu fortes laços com a Província do Rio Grande do São Pedro. Dessa forma, foi inserida no conflito farroupilha, além de influenciar nas questões da fronteira platina. Além disso, estava no caminho para o Prata. Era passagem de soldados que se dirigiam à Colônia do Sacramento ou para o Rio Grande. O abastecimento dos militares exigiu que a Província produzisse os recursos para municiar os que circulavam na defesa da fronteira meridional. Alimentos como carne de gado, peixes, frutas, farinha de mandioca e feijão foram fornecidos com a promessa de serem pagos pela corte.

4. Considerações finais

Ao pesquisar sobre a Província de Santa Catarina durante a guerra civil farroupilha, entre os anos de 1835 a 1845, é possível encontrar alguns autores que discorreram sobre o tema. Entretanto, constata-se lacunas sobre este período, pois foi privilegiado o tempo de instalação da República Juliana a partir de 1839 e o seu desfecho no final daquele ano. Devido a essa abordagem ser breve, a história ficou restrita, primordialmente, a esses acontecimentos, ocorrendo um apagamento da história que veio antes e depois de 1839.

A proximidade com o Rio Grande do Sul e os países platinos refletiu em Santa Catarina as influências dos acontecimentos históricos ocorridos à época. Os reflexos da Guerra Civil Farroupilha tiveram efeitos marcantes no território. Para Winter, é importante reconhecer a historicidade destes espaços e dinâmicas territoriais em um processo de longa duração, onde as guerras civis ocorridas na primeira metade do século XIX confrontaram ideias e projetos que caracterizam o processo de independência e da formação do Estado e da nação no mundo ibero-americano. Em um contexto de convulsão política e social onde diversas revoltas ocorreram é interessante abordar a dinâmica brasileira em Santa Catarina em um contexto mais amplo. Esta análise pode apontar para caminhos produtivos no que se refere à produção historiográfica.

Referências

BOEIRA, Nelson.; GOLIN, Tau.; PICCOLO, Helga.; PADOIN, Maria M.. (Orgs.). **Império** (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). – Passo Fundo: Méritos, 2006. – v.2.

GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)** - Porto Alegre: Linus, 2013.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (organizador). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: SENAC, 2000.

PADOIN, Maria Medianeira. **República, federalismo e fronteira**. História Unisinos, 14(1):49-54, Janeiro/Abril 2010. doi: 10.4013/htu.2010.141.06

SCHMITT, Ânderson Marcelo. **Militarização da Fronteira meridional: as forças terrestres em Santa Catarina (de fins do século XVIII ao início do Segundo Reinado)**; orientador Paulo Pinheiro Machado, 2021. 367 p. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

SOUZA, Adriana, Barreto de. O Exército e a pacificação do Império do Brasil (1822-1889). In: **Forças armadas e política no Brasil republicano, volume 1 (recurso eletrônico): da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1988)** / organização Maria Celina D’Araujo, Lucas Pereira Rezende: FGV Editora, 2024

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

WINTER, Murillo. **“No nosso mesmo Brasil mil exemplos encontrei”**: as províncias do Brasil e a experiência insurgente (1817-1850). Nuevo mundo mundos nuevos
Edição electrónica URL: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/94679> DOI:
10.4000/nuevomundo.94679 ISSN: 1626-0252.